



OP-057FV-21

CÓD: 7908403501120

CBM-TO

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS

Aluno-Soldado

EDITAL Nº 1 – CBMTO, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	01
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	01
3. Domínio da ortografia oficial	02
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	03
5. Emprego de tempos e modos verbais. Domínio da estrutura morfossintática do período. Emprego das classes de palavras	03
6. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.	10
7. Emprego dos sinais de pontuação	12
8. Concordância verbal e nominal	14
9. Regência verbal e nominal	15
10. Emprego do sinal indicativo de crase	16
11. Colocação dos pronomes átonos	17
12. Reescrita de frases e parágrafos do texto	17
13. Significação das palavras. Substituição de palavras ou de trechos de texto	18
14. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto	21
15. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	22
16. Funções da linguagem	22
17. Variação linguística	23
18. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). Aspectos gerais da redação oficial. Finalidade dos expedientes oficiais. Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero	24

Matemática

1. Sistemas de unidades de medidas. Comprimento, área, volume, massa, tempo, ângulo e arco. Transformação de unidades de medida.	01
2. Teoria elementar dos conjuntos. Subconjuntos, união, intersecção, diferença, complementar.	02
3. Números complexos. Representação e operações nas formas algébrica e trigonométrica. Raízes complexas. Fórmula de Moivre.	12
4. Progressões aritméticas e progressões geométricas. Propriedades. Soma dos termos de uma progressão geométrica infinita.	19
5. Funções. Funções injetoras, sobrejetoras e bijetoras. Funções pares, ímpares e periódicas. Funções composta e inversa. Funções logaritmo e exponencial. Definições e propriedades. Mudança de base. Característica e mantissa. Equações e inequações logarítmicas e exponenciais.	23
6. Polinômios. Conceito, grau e propriedades fundamentais. Operações, fatorações e produtos notáveis. Raízes. Teorema fundamental da álgebra. Equações algébricas. Definição, raiz, multiplicidade e número de raízes. Transformações aditiva e multiplicativa. Equações recíprocas. Relação entre coeficientes e raízes. Raízes reais e complexas.	36
7. Análise combinatória. Problemas de contagem, arranjos, permutações e combinações simples. Binômio de Newton. Probabilidade e espaços amostrais. Probabilidade condicional e eventos independentes.	39
8. Matrizes, determinantes e sistemas lineares. Conceito de matriz, tipos de matrizes, propriedades operacionais, definição, propriedades e cálculo de determinantes.	44
9. Trigonometria. Fórmulas de adição, subtração e bissecção de arcos. Funções trigonométricas. Propriedades e relações principais. Transformação de soma de funções trigonométricas em produtos, equações e inequações trigonométricas.	54
10. Geometria analítica. Coordenadas cartesianas, distância entre pontos, equações da reta, paralelismo e perpendicularismo, ângulo entre retas, distância de um ponto a uma reta, equação da circunferência, tangentes a uma circunferência, intersecção de uma reta a uma circunferência, elementos principais e equações da elipse, hipérbole e parábola, lugares geométricos e interpretações de equações de 2º grau. 12 Geometria plana. Polígonos, circunferências e círculos, congruência de figuras planas, semelhança de triângulos, relações métricas nos triângulos, polígonos regulares e círculos, áreas de polígonos, círculos, coroas e setores circulares. Geometria espacial. Retas, planos e suas posições relativas no espaço. Poliedros regulares, prismas e pirâmides e respectivos troncos, cilindros, cones e esferas, cálculo de áreas e volumes.	60

Normas relativas ao CBMTO

1. Lei Complementar nº 45/2006 e suas alterações (Dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins e adota outras providências).	01
2. Lei nº 2.578/2012 e suas alterações (Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins e adota outras providências)	04

Conhecimentos acerca do estado do Tocantins

1. Formação econômica do Tocantins. A mineração no norte goiano. A agropecuária. A modernização da economia tocantinense. As transformações socioeconômicas com a construção da BR-153. Industrialização, infraestrutura e planejamento. 01
2. População tocantinense. Povoamento, movimentos migratórios e densidade demográfica. Grupos indígenas. A cultura negra. Os movimentos sociais no campo e a cultura popular. 13
3. Economia tocantinense. Industrialização, agronegócio, infraestrutura de transportes e comunicação. 19
4. As regiões tocantinenses e as desigualdades regionais. 19
5. Aspectos físicos do território tocantinense. Vegetação, hidrografia, clima e relevo. Aspectos da história política do Tocantins. A independência no norte goiano. Movimentos separatistas. A criação do estado. Divisão política do estado do Tocantins. Governos e administração pública estadual, desde a criação do estado. 31

Atualidades

1. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas. 01

Noções de Informática

1. Noções de sistema operacional (ambiente Windows). 01
 2. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office). 04
 3. Redes de computadores. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. Programas de navegação (Mozilla Firefox e Google Chrome). Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Mozilla Thunderbird). Sítios de busca e pesquisa na Internet. 13
 4. Grupos de discussão. 23
 5. Redes sociais. 25
 6. Computação na nuvem (cloud computing). 27
 7. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas 28
-

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	01
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	01
3. Domínio da ortografia oficial	02
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	03
5. Emprego de tempos e modos verbais. Domínio da estrutura morfossintática do período. Emprego das classes de palavras	03
6. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	10
7. Emprego dos sinais de pontuação	12
8. Concordância verbal e nominal	14
9. Regência verbal e nominal	15
10. Emprego do sinal indicativo de crase	16
11. Colocação dos pronomes átonos	17
12. Reescrita de frases e parágrafos do texto	17
13. Significação das palavras. Substituição de palavras ou de trechos de texto	18
14. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto	21
15. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	22
16. Funções da linguagem	22
17. Variação linguística	23
18. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). Aspectos gerais da redação oficial. Finalidade dos expedientes oficiais. Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero	24

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL

ORTOGRAFIA OFICIAL

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste capítulo serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!

Alfabeto

O primeiro passo para compreender a ortografia oficial é conhecer o alfabeto (os sinais gráficos e seus sons). No português, o alfabeto se constitui 26 letras, divididas entre **vogais** (a, e, i, o, u) e **consoantes** (restante das letras).

Com o Novo Acordo Ortográfico, as consoantes **K**, **W** e **Y** foram reintroduzidas ao alfabeto oficial da língua portuguesa, de modo que elas são usadas apenas em duas ocorrências: **transcrição de nomes próprios e abreviaturas e símbolos de uso internacional**.

Uso do “X”

Algumas dicas são relevantes para saber o momento de usar o X no lugar do CH:

- Depois das sílabas iniciais “me” e “en” (ex: mexerica; enxergar)
- Depois de ditongos (ex: caixa)
- Palavras de origem indígena ou africana (ex: abacaxi; orixá)

Uso do “S” ou “Z”

Algumas regras do uso do “S” com som de “Z” podem ser observadas:

- Depois de ditongos (ex: coisa)
- Em palavras derivadas cuja palavra primitiva já se usa o “S” (ex: casa > casinha)
- Nos sufixos “ês” e “esa”, ao indicarem nacionalidade, título ou origem. (ex: portuguesa)
- Nos sufixos formadores de adjetivos “ense”, “oso” e “osa” (ex: populoso)

Uso do “S”, “SS”, “Ç”

- “S” costuma aparecer entre uma vogal e uma consoante (ex: diversão)
- “SS” costuma aparecer entre duas vogais (ex: processo)
- “Ç” costuma aparecer em palavras estrangeiras que passaram pelo processo de aportuguesamento (ex: muçarela)

Os diferentes porquês

POR QUE	Usado para fazer perguntas. Pode ser substituído por “por qual motivo”
PORQUE	Usado em respostas e explicações. Pode ser substituído por “pois”
POR QUÊ	O “que” é acentuado quando aparece como a última palavra da frase, antes da pontuação final (interrogação, exclamação, ponto final)
PORQUÊ	É um substantivo, portanto costuma vir acompanhado de um artigo, numeral, adjetivo ou pronome

Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos. **Ex:** cumprimento (extensão) X comprimento (saudação); tráfego (trânsito) X tráfico (comércio ilegal).

Já as palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma pronúncia, porém são grafadas de maneira diferente. **Ex:** conserto (correção) X concerto (apresentação); cerrar (fechar) X serrar (cortar).

Nos capítulos seguintes serão passadas regras específicas quanto à acentuação e uso da crase, entre outras normas que condizem à ortografia oficial do português.

DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL. EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL

MECANISMOS DE COESÃO E COERÊNCIA

A coerência e a coesão são essenciais na escrita e na interpretação de textos. Ambos se referem à relação adequada entre os componentes do texto, de modo que são independentes entre si. Isso quer dizer que um texto pode estar coeso, porém incoerente, e vice-versa.

Enquanto a coesão tem foco nas questões gramaticais, ou seja, ligação entre palavras, frases e parágrafos, a coerência diz respeito ao conteúdo, isto é, uma sequência lógica entre as ideias.

Coesão

A coesão textual ocorre, normalmente, por meio do uso de **conectivos** (preposições, conjunções, advérbios). Ela pode ser obtida a partir da **anáfora** (retoma um componente) e da **catáfora** (antecipa um componente).

Confira, então, as principais regras que garantem a coesão textual:

REGRA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
REFERÊNCIA	Pessoal (uso de pronomes pessoais ou possessivos) – anafórica Demonstrativa (uso de pronomes demonstrativos e advérbios) – catafórica Comparativa (uso de comparações por semelhanças)	João e Maria são crianças. <i>Eles</i> são irmãos. Fiz todas as tarefas, exceto <i>esta</i> : colonização africana. Mais um ano <i>igual aos</i> outros...
SUBSTITUIÇÃO	Substituição de um termo por outro, para evitar repetição	Maria está triste. <i>A menina</i> está cansada de ficar em casa.
ELIPSE	Omissão de um termo	No quarto, apenas quatro ou cinco convidados. (omissão do verbo “haver”)
CONJUNÇÃO	Conexão entre duas orações, estabelecendo relação entre elas	Eu queria ir ao cinema, <i>mas</i> estamos de quarentena.
COESÃO LEXICAL	Utilização de sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos ou palavras que possuem sentido aproximado e pertencente a um mesmo grupo lexical.	A minha <i>casa</i> é clara. Os <i>quartos</i> , a <i>sala</i> e a <i>cozinha</i> têm janelas grandes.

Coerência

Nesse caso, é importante conferir se a mensagem e a conexão de ideias fazem sentido, e seguem uma linha clara de raciocínio.

Existem alguns conceitos básicos que ajudam a garantir a coerência. Veja quais são os principais princípios para um texto coerente:

- **Princípio da não contradição:** não deve haver ideias contraditórias em diferentes partes do texto.
- **Princípio da não tautologia:** a ideia não deve estar redundante, ainda que seja expressa com palavras diferentes.
- **Princípio da relevância:** as ideias devem se relacionar entre si, não sendo fragmentadas nem sem propósito para a argumentação.
- **Princípio da continuidade temática:** é preciso que o assunto tenha um seguimento em relação ao assunto tratado.
- **Princípio da progressão semântica:** inserir informações novas, que sejam ordenadas de maneira adequada em relação à progressão de ideias.

de ideias.

Para atender a todos os princípios, alguns fatores são recomendáveis para garantir a coerência textual, como amplo **conhecimento de mundo**, isto é, a bagagem de informações que adquirimos ao longo da vida; **inferências** acerca do conhecimento de mundo do leitor; e **informatividade**, ou seja, conhecimentos ricos, interessantes e pouco previsíveis.

EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS. DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO. EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS

ESTRUTURA DAS PALAVRAS

São de palavras se dá a partir de processos morfológicos, de modo que as palavras se dividem entre:

- **Palavras primitivas:** são aquelas que não provêm de outra palavra. **Ex:** *flor; pedra*
- **Palavras derivadas:** são originadas a partir de outras palavras. **Ex:** *floricultura; pedrada*
- **Palavra simples:** são aquelas que possuem apenas um radical (morfema que contém significado básico da palavra). **Ex:** *cabelo; azeite*
- **Palavra composta:** são aquelas que possuem dois ou mais radicais. **Ex:** *guarda-roupa; couve-flor*

Entenda como ocorrem os principais processos de formação de palavras:

Derivação

A formação se dá por derivação quando ocorre a partir de uma palavra simples ou de um único radical, juntando-se afixos.

- **Derivação prefixal:** adiciona-se um afixo anteriormente à palavra ou radical. **Ex:** *antebraço* (ante + braço) / *infeliz* (in + feliz)
- **Derivação sufixal:** adiciona-se um afixo ao final da palavra ou radical. **Ex:** *friorento* (frio + ento) / *guloso* (gula + oso)
- **Derivação parassintética:** adiciona-se um afixo antes e outro depois da palavra ou radical. **Ex:** *esfriar* (es + frio + ar) / *desgovernado*

(des + governar + ado)

- **Derivação regressiva (formação deverbal):** reduz-se a palavra primitiva. **Ex:** *boteco* (botequim) / *ataque* (verbo “atacar”)
- **Derivação imprópria (conversão):** ocorre mudança na classe gramatical, logo, de sentido, da palavra primitiva. **Ex:** *jantar* (verbo para substantivo) / *Oliveira* (substantivo comum para substantivo próprio – sobrenomes).

Composição

A formação por composição ocorre quando uma nova palavra se origina da junção de duas ou mais palavras simples ou radicais.

- **Aglutinação:** fusão de duas ou mais palavras simples, de modo que ocorre supressão de fonemas, de modo que os elementos formadores perdem sua identidade ortográfica e fonológica. **Ex:** *aguardente* (água + ardente) / *planalto* (plano + alto)
- **Justaposição:** fusão de duas ou mais palavras simples, mantendo a ortografia e a acentuação presente nos elementos formadores. Em sua maioria, aparecem conectadas com hífen. **Ex:** *beija-flor* / *passatempo*.

Abreviação

Quando a palavra é reduzida para apenas uma parte de sua totalidade, passando a existir como uma palavra autônoma. **Ex:** *foto* (fotografia) / *PUC* (Pontifícia Universidade Católica).

Hibridismo

Quando há junção de palavras simples ou radicais advindos de línguas distintas. **Ex:** *sociologia* (socio – latim + logia – grego) / *binóculo* (bi – grego + oculus – latim).

Combinação

Quando ocorre junção de partes de outras palavras simples ou radicais. **Ex:** *portunhol* (português + espanhol) / *aborrecente* (aborrecer + adolescente).

Intensificação

Quando há a criação de uma nova palavra a partir do alargamento do sufixo de uma palavra existente. Normalmente é feita adicionando o sufixo *-izar*. **Ex:** *inicializar* (em vez de iniciar) / *protocolizar* (em vez de protocolar).

Neologismo

Quando novas palavras surgem devido à necessidade do falante em contextos específicos, podendo ser temporárias ou permanentes. Existem três tipos principais de neologismos:

- **Neologismo semântico:** atribui-se novo significado a uma palavra já existente. **Ex:** *amarelar* (desistir) / *mico* (vergonha)
- **Neologismo sintático:** ocorre a combinação de elementos já existentes no léxico da língua. **Ex:** *dar um bolo* (não comparecer ao compromisso) / *dar a volta por cima* (superar).
- **Neologismo lexical:** criação de uma nova palavra, que tem um novo conceito. **Ex:** *deletar* (apagar) / *escanear* (digitalizar)

Onomatopeia

Quando uma palavra é formada a partir da reprodução aproximada do seu som. **Ex:** *atchim*; *zum-zum*; *tique-taque*.

CLASSES DE PALAVRAS

Para entender sobre a estrutura das funções sintáticas, é preciso conhecer as classes de palavras, também conhecidas por classes morfológicas. A gramática tradicional pressupõe 10 classes gramaticais de palavras, sendo elas: adjetivo, advérbio, artigo, conjunção, interjeição, numeral, pronome, preposição, substantivo e verbo.

Veja, a seguir, as características principais de cada uma delas.

CLASSE	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
ADJETIVO	Expressar características, qualidades ou estado dos seres Sofre variação em número, gênero e grau	Menina <i>inteligente</i> ... Roupa <i>azul-marinho</i> ... Brincadeira <i>de criança</i> ... Povo <i>brasileiro</i> ...
ADVÉRBIO	Indica circunstância em que ocorre o fato verbal Não sofre variação	A ajuda chegou <i>tarde</i> . A mulher trabalha <i>muito</i> . Ele dirigia <i>mal</i> .
ARTIGO	Determina os substantivos (de modo definido ou indefinido) Varia em gênero e número	A galinha botou <i>um</i> ovo. <i>Uma</i> menina deixou <i>a</i> mochila no ônibus.

1.	Sistemas de unidades de medidas. Comprimento, área, volume, massa, tempo, ângulo e arco. Transformação de unidades de medida.	01
2.	Teoria elementar dos conjuntos. Subconjuntos, união, intersecção, diferença, complementar.	02
3.	Números complexos. Representação e operações nas formas algébrica e trigonométrica. Raízes complexas. Fórmula de Moivre.	12
4.	Progressões aritméticas e progressões geométricas. Propriedades. Soma dos termos de uma progressão geométrica infinita. ...	19
5.	Funções. Funções injetoras, sobrejetoras e bijetoras. Funções pares, ímpares e periódicas. Funções composta e inversa. Funções logaritmo e exponencial. Definições e propriedades. Mudança de base. Característica e mantissa. Equações e inequações logarítmicas e exponenciais.	23
6.	Polinômios. Conceito, grau e propriedades fundamentais. Operações, fatorações e produtos notáveis. Raízes. Teorema fundamental da álgebra. Equações algébricas. Definição, raiz, multiplicidade e número de raízes. Transformações aditiva e multiplicativa. Equações recíprocas. Relação entre coeficientes e raízes. Raízes reais e complexas.	36
7.	Análise combinatória. Problemas de contagem, arranjos, permutações e combinações simples. Binômio de Newton. Probabilidade e espaços amostrais. Probabilidade condicional e eventos independentes.	39
8.	Matrizes, determinantes e sistemas lineares. Conceito de matriz, tipos de matrizes, propriedades operacionais, definição, propriedades e cálculo de determinantes.	44
9.	Trigonometria. Fórmulas de adição, subtração e bissetção de arcos. Funções trigonométricas. Propriedades e relações principais. Transformação de soma de funções trigonométricas em produtos, equações e inequações trigonométricas.	54
10.	Geometria analítica. Coordenadas cartesianas, distância entre pontos, equações da reta, paralelismo e perpendicularismo, ângulo entre retas, distância de um ponto a uma reta, equação da circunferência, tangentes a uma circunferência, intersecção de uma reta a uma circunferência, elementos principais e equações da elipse, hipérbole e parábola, lugares geométricos e interpretações de equações de 2º grau. 12 Geometria plana. Polígonos, circunferências e círculos, congruência de figuras planas, semelhança de triângulos, relações métricas nos triângulos, polígonos regulares e círculos, áreas de polígonos, círculos, coroas e setores circulares. Geometria espacial. Retas, planos e suas posições relativas no espaço. Poliedros regulares, prismas e pirâmides e respectivos troncos, cilindros, cones e esferas, cálculo de áreas e volumes.	60

SISTEMAS DE UNIDADES DE MEDIDAS. COMPRIMENTO, ÁREA, VOLUME, MASSA, TEMPO, ÂNGULO E ARCO. TRANSFORMAÇÃO DE UNIDADES DE MEDIDA

O sistema métrico decimal é parte integrante do Sistema de Medidas. É adotado no Brasil tendo como unidade fundamental de medida o **metro**.

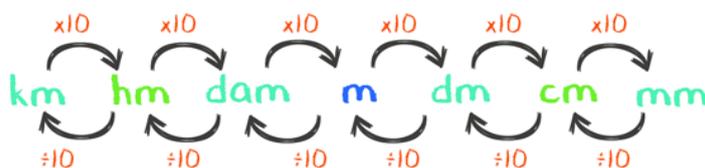
O Sistema de Medidas é um conjunto de medidas usado em quase todo o mundo, visando padronizar as formas de medição.

Medidas de comprimento

Os múltiplos do metro são usados para realizar medição em grandes distâncias, enquanto os submúltiplos para realizar medição em pequenas distâncias.

MÚLTIPLOS			UNIDADE FUNDAMENTAL	SUBMÚLTIPLOS		
Quilômetro	Hectômetro	Decâmetro	Metro	Decímetro	Centímetro	Milímetro
km	hm	Dam	m	dm	cm	mm
1000m	100m	10m	1m	0,1m	0,01m	0,001m

Para transformar basta seguir a tabela seguinte (esta transformação vale para todas as medidas):



Medidas de superfície e área

As unidades de área do sistema métrico correspondem às unidades de comprimento da tabela anterior.

São elas: quilômetro quadrado (km²), hectômetro quadrado (hm²), etc. As mais usadas, na prática, são o quilômetro quadrado, o metro quadrado e o hectômetro quadrado, este muito importante nas atividades rurais com o nome de hectare (ha): 1 hm² = 1 ha.

No caso das unidades de área, o padrão muda: uma unidade é 100 vezes a menor seguinte e não 10 vezes, como nos comprimentos. Entretanto, consideramos que o sistema continua decimal, porque 100 = 10². A nomenclatura é a mesma das unidades de comprimento acrescidas de quadrado.

Vejamos as relações entre algumas dessas unidades que não fazem parte do sistema métrico e as do sistema métrico decimal (valores aproximados):

- 1 polegada = 25 milímetros
- 1 milha = 1 609 metros
- 1 légua = 5 555 metros
- 1 pé = 30 centímetros

Medidas de Volume e Capacidade

Na prática, são muitos usados o metro cúbico(m³) e o centímetro cúbico(cm³).

Nas unidades de volume, há um novo padrão: cada unidade vale 1000 vezes a unidade menor seguinte. Como 1000 = 10³, o sistema continua sendo decimal. Acrescentamos a nomenclatura cúbico.

A noção de capacidade relaciona-se com a de volume. A unidade fundamental para medir capacidade é o litro (l); 1l equivale a 1 dm³.

Medidas de Massa

O sistema métrico decimal inclui ainda unidades de medidas de massa. A unidade fundamental é o grama(g). Assim as denominamos:

Kg – Quilograma; hg – hectograma; dag – decagrama; g – grama; dg – decigrama; cg – centigrama; mg – miligrama

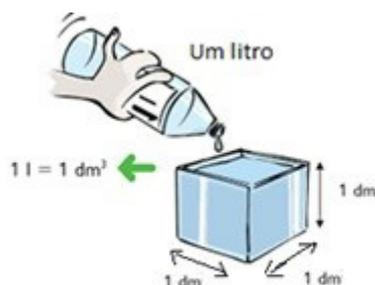
Dessas unidades, só têm uso prático o quilograma, o grama e o miligrama. No dia-a-dia, usa-se ainda a tonelada (t). Medidas Especiais:

- 1 Tonelada(t) = 1000 Kg
- 1 Arroba = 15 Kg
- 1 Quilate = 0,2 g

Em resumo temos:

Medida de	Grandeza	Fator	Múltiplos			Unidade	Submúltiplos		
Capacidade	Litro	10	kl	hl	dal	l	dl	cl	ml
Volume	Metro Cúbico	1000	km ³	hm ³	dam ³	m ³	dm ³	cm ³	mm ³
Área	Metro Quadrado	100	km ²	hm ²	dam ²	m ²	dm ²	cm ²	mm ²
Comprimento	Metro	10	km	hm	dam	m	dm	cm	mm
Massa	Grama	10	kg	hg	dag	g	dg	cg	mg
			: ←→ X	: ←→ X	: ←→ X	: ←→ X	: ←→ X	: ←→ X	: ←→ X

Relações importantes



- 1 kg = 1 l = 1 dm³
- 1 hm² = 1 ha = 10.000m²
- 1 m³ = 1000 l

Exemplos:

(CLIN/RJ - GARI E OPERADOR DE ROÇADEIRA - COSEAC) Uma peça de um determinado tecido tem 30 metros, e para se confeccionar uma camisa desse tecido são necessários 15 decímetros. Com duas peças desse tecido é possível serem confeccionadas:

- (A) 10 camisas
- (B) 20 camisas
- (C) 40 camisas
- (D) 80 camisas

Resolução:

Como eu quero 2 peças desse tecido e 1 peça possui 30 metros logo:

30 . 2 = 60 m. Temos que trabalhar com todas na mesma unidade: 1 m é 10dm assim temos 60m . 10 = 600 dm, como cada camisa gasta um total de 15 dm, temos então:

600/15 = 40 camisas.

Resposta: C

(CLIN/RJ - GARI E OPERADOR DE ROÇADEIRA - COSEAC) Um veículo tem capacidade para transportar duas toneladas de carga. Se a carga a ser transportada é de caixas que pesam 4 quilogramas cada uma, o veículo tem capacidade de transportar no máximo:

- (A) 50 caixas
- (B) 100 caixas
- (C) 500 caixas
- (D) 1000 caixas

Resolução:

Uma tonelada(ton) é 1000 kg, logo 2 ton. 1000kg= 2000 kg

Cada caixa pesa 4kg

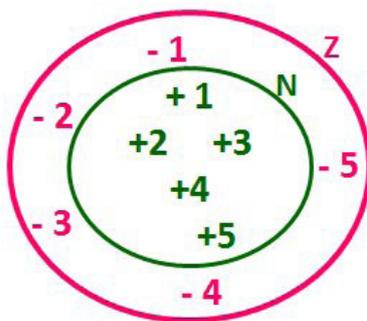
2000 kg/ 4kg = 500 caixas.

Resposta: C

TEORIA ELEMENTAR DOS CONJUNTOS. SUBCONJUNTOS, UNIÃO, INTERSECÇÃO, DIFERENÇA, COMPLEMENTAR

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$; $(N \subset Z)$; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



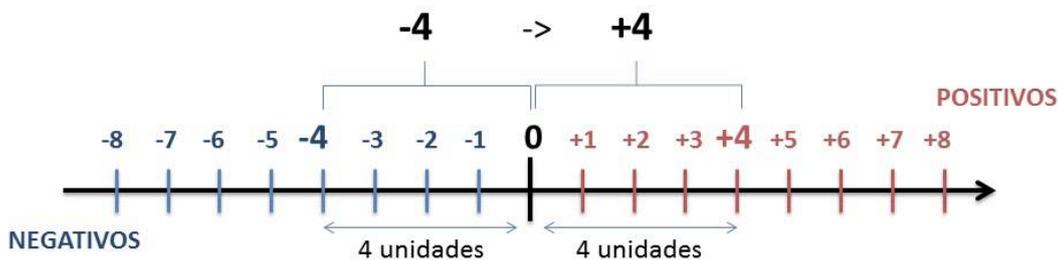
N \subset Z (N está contido em Z)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

- **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

- **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas
 20.4=80
 30.(-1)=-30
 80-30=50

Resposta: A

• **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números *a* e *b*, pode ser indicado por ***a x b***, ***a . b*** ou ainda ***ab*** sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

- 1) No conjunto Z, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.
- 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo .
Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo .

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm
 Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:
 $52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm

$36 : 3 = 12$ livros de 3 cm

O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro *a*, é definida como um produto de *n* fatores iguais. O número *a* é denominado a **base** e o número *n* é o **expoente**. $a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, *a* é multiplicado por *a* *n* vezes. Tenha em mente que:

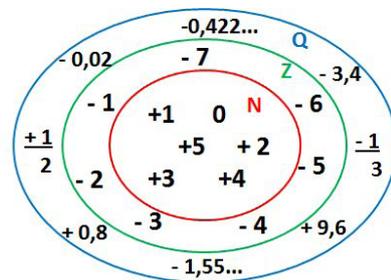
- Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

- 1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$
- 2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$
- 3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$
- 4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$
- 5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde *m* e *n* são números inteiros, sendo que *n* deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos *m/n* para significar a divisão de *m* por *n*.



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Q^*	Conjunto dos números racionais não nulos
+	Q_+	Conjunto dos números racionais não negativos
* e +	Q^*_+	Conjunto dos números racionais positivos
-	Q_-	Conjunto dos números racionais não positivos
* e -	Q^*_-	Conjunto dos números racionais negativos

NORMAS RELATIVAS AO CBMTO

1. Lei Complementar nº 45/2006 e suas alterações (Dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins e adota outras providências).....01
2. Lei nº 2.578/2012 e suas alterações (Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins e adota outras providências)04

**LEI COMPLEMENTAR Nº 45/2006 E SUAS ALTERAÇÕES
(DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DO CORPO
DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS E
ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS)**

LEI COMPLEMENTAR Nº 45, DE 3 DE ABRIL DE 2006

Dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins e adota outras providências.

O Governador do Estado do Tocantins

A Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - CBMTO, Instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizado com base na hierarquia e disciplina militar, destina-se a preservar a ordem pública consubstanciada nas ações de tranquilidade e salubridade e paz social no Estado.

Art. 2º. Compete ao CBMTO:

I - o planejamento e execução de ações preventivas, emergenciais ou de socorro, assistenciais e recuperativas no âmbito da defesa civil, devendo dar atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes e sinistros nos locais em que estiver instalado sem prejuízo de outros sistemas de atendimento federal, estadual e municipal;

II - o estabelecimento de normas relativas à segurança do cidadão e de seu patrimônio contra incêndio e catástrofes ou pânico;

III - formação e coordenação de brigadas de incêndio;

IV - firmar convênios com órgãos federais, estaduais e municipais para execução de ações preventivas e relativas de defesa civil;

V - a perícia de incêndios:

a) preventiva, quanto a perigo potencial de incêndios e acidentes em edificações e estruturas temporárias;

b) nos locais de sinistros;

VI - o exercício do poder de polícia no âmbito de sua competência, especialmente:

a) na fiscalização:

1. de empresas especializadas na produção e comercialização de produtos destinados à prevenção de desastres e sinistros e à segurança contra incêndio e pânico em edificações, aplicando as penalidades e medidas administrativas previstas em lei;

2. e acompanhamento da execução de projetos, impondo sanção administrativa como notificação, multa, cassação de atestado, apreensão de produtos perigosos e seus respectivos meios de acondicionamento, embargo de obra e interdição de atividades;

3. das instalações e medidas de segurança contra pânico e incêndio nas edificações residenciais unifamiliares e multifamiliares, comerciais, industriais e de serviços em geral, inclusive, quando da construção, reforma, ampliação e mudança de ocupação;

4. das instalações e medidas de segurança contra incêndio e acidentes em eventos temporários;

b) na análise prévia de projetos em áreas de armazenagem, estocagem, manipulação e transporte de produtos perigosos;

c) na realização de vistorias em locais com ameaça de catástrofe ou sinistro, podendo requisitar apoio dos demais órgãos estaduais com a finalidade de minorar os riscos, remover pessoas, suspender licença de funcionamento e emissão de parecer técnico nestas condições para os fins legais ou por solicitação de outro órgão;

VII - as atribuições de polícia judiciária militar, nos termos da lei federal.

Art. 3º. O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins é subordinado diretamente ao Governador do Estado.

*Parágrafo único. A função de Comandante-Geral do CBMTO, com precedência sobre todos os Bombeiros Militares, é privativa de Oficial do último posto da Corporação do Quadro de Oficial Bombeiro Militar, possuidor do Curso Superior de Polícia ou do Curso Superior de Bombeiro. (NR)

*Parágrafo único com redação determinada pela Lei Complementar nº 50, de 23/04/2007

Art. 4º. A administração, o comando e o emprego da Corporação, e a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil são da competência e responsabilidade do Comandante-Geral, assessorado e auxiliado pelos órgãos que lhe são subordinados.

Parágrafo único. O Oficial do Corpo de Bombeiros Militar é Autoridade Bombeiro Militar para todos os efeitos e fins legais.

**CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

Art. 5º. A estrutura organizacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins é a seguinte:

I - Órgãos de Direção;

II - Órgãos de Apoio;

III - Órgãos de Execução.

Art. 6º. Os Órgãos de Direção realizam o comando e a administração da Corporação, competindo-lhes:

I - o planejamento geral estratégico, para a organização e o desenvolvimento pleno das missões da Corporação;

II - o auxílio por meio de diretrizes, ordens, normas técnicas ou Normas Gerais de Ação - NGA aos Órgãos de Apoio e de Execução;

III - a coordenação, o controle e a fiscalização da atuação dos Órgãos de Apoio e Execução.

Art. 7º. Os Órgãos de Apoio realizam as atividades-meio da Corporação, atendendo às necessidades de pessoal, material e ensino, telecomunicações e telemática do Corpo de Bombeiros Militar, atuando em cumprimento às estratégias planejadas, diretrizes, ordens e normas gerais de ação dos órgãos de direção, ligando-se diretamente a estes.

Art. 8º. Os Órgãos de Execução são constituídos pelas unidades operacionais e realizam as atividades-fim do CBMTO, cumprindo as missões ou a destinação da Corporação, executando dentro do planejamento as diretrizes, ordens e normas emanadas dos Órgãos de Direção amparados pelos Órgãos de Apoio.

**SEÇÃO I
DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO**

Art. 9º. O Comando Geral da Corporação é composto dos seguintes Órgãos de Direção:

I - Comandante-Geral;

II - Estado-Maior;

III - Coordenadoria Estadual de Defesa Civil;

IV - Assessorias;

V - Comissões.

Parágrafo único. A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil é organizada em:

I - Secretaria Executiva;

II - Centro de Pesquisa;

III - Assessoria Técnica de Avaliação de Danos.

*Art. 10. O Comandante-Geral é nomeado por ato do Chefe do Poder Executivo, dentre os Coronéis da ativa, diplomados em Curso Superior de BM ou PM, pertencentes ao Quadro de Oficiais Bombeiros Militares - QOBM do Estado do Tocantins.

*Arr. 10 com redação determinada pela Lei Complementar nº 88, de 5/09/2013.

Art. 11. O Estado-Maior é o responsável perante o Comandante-Geral pelo estudo e pesquisa, planejamento, coordenação e fiscalização, e controle de todas as atividades do Corpo de Bombeiros Militar.

§ 1º. O Chefe do Estado-Maior, designado por ato do Chefe do Poder Executivo, é o principal assessor do Comandante-Geral, competindo-lhe a direção, orientação, coordenação e fiscalização dos trabalhos do Estado-Maior, acumulando as funções de Subcomandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, podendo substituir o Comandante-Geral em seus eventuais afastamentos e impedimentos.

§ 2º. Compete ao Estado-Maior a elaboração de diretrizes, ordens e normas gerais de ação do Comandante-Geral no acionamento dos Órgãos de Apoio e de Execução no cumprimento de suas missões.

§ 3º. O Estado-Maior é coordenado pelo Chefe do Estado-Maior e estruturado em:

I - Subchefe do Estado-Maior, designado por ato do Chefe do Poder Executivo, tendo por principal missão substituir o Chefe do Estado-Maior em seus afastamentos e impedimentos;

II - Diretoria de Administração e Recursos Humanos, encarregada dos assuntos inerentes a gestão de pessoal, legislação, recrutamento e seleção, saúde e assistência social, subdividida em:

- a) Coordenadoria de Administração;
- b) Coordenadoria de Pessoal:
 1. Ativo: civil e militar;
 2. Inativo e Pensionista: civil e militar;
 3. para Recrutamento e Seleção;
- c) Coordenadoria de Saúde e Assistência Social;
- d) Coordenadoria de Folha de Pagamento;

III - Diretoria de Planejamento, Ensino e Pesquisa, encarregada dos assuntos relativos ao planejamento de operações, ensino e instrução, à estatística e pesquisa dos assuntos inerentes às atividades de bombeiro militar, sendo subdividida em:

- a) Coordenadoria de Planejamento;
- b) Coordenadoria de Ensino e Instrução;
- c) Coordenadoria de Estatística e Pesquisa;

IV - Diretoria de Orçamento e Finanças, encarregada dos assuntos relativos ao planejamento, acompanhamento e avaliação, e à execução orçamentária e financeira da corporação, subdividida em:

- a) Coordenadoria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação;
- b) Coordenadoria de Execução Orçamentário-Financeira;
- c) Coordenadoria de Contabilidade;

V - Diretoria de Logística e Patrimônio, encarregada dos assuntos relativos à aquisição de material e serviços, logística geral, e ao controle e fiscalização patrimonial e de estoque, subdividida em:

- a) Coordenadoria de Patrimônio e Infra-Estrutura;
- b) Coordenadoria de Material Motomecanizado;
- c) Coordenadoria de Telecomunicações e Informática;
- d) Coordenadoria de Compras e Controle, subdividida em:

1. Compras;
2. Almoxarifado Geral;

VI - Corregedoria, encarregada de apurar alterações administrativas e disciplinares envolvendo bombeiros militares, controlar e assessorar procedimentos administrativos e Inquéritos Policiais Militares, e acompanhar pessoal submetido a processo penal e processo penal militar, subdividida em:

- a) Coordenadoria de Procedimento Administrativo Disciplinar;
- b) Coordenadoria de Polícia Judiciária Militar;

VII - Núcleo Setorial de Controle Interno, regulamentado nos termos da Lei 1.415, de 20 de novembro de 2003, e pelo Decreto 2.665, de 9 de fevereiro de 2006.

Art. 12. Compõem o Comando Geral da Corporação as Assessorias:

I - de Inteligência, encarregada dos assuntos relativos a:

- a) inteligência e contra-inteligência;
- b) guarda e manutenção de documentos sigilosos;
- c) controle de armamento do pessoal da corporação;

II - Jurídica, com atribuições de análise e emissão de pareceres nos processos e assuntos de interesse da Corporação;

III - de Comunicação Social, encarregada de auxiliar o Comando da Corporação nos assuntos relativos à comunicação;

IV - do Gabinete do Comandante-Geral, com atribuição de organizar, orientar os serviços de segurança, ajudância de ordens, secretariado, controle de correspondência e despacho da documentação do Gabinete do Comandante-Geral, subdividida em:

a) Secretaria Geral, encarregada de:

1. secretariar o Comandante-Geral e o Chefe do Estado-Maior;
2. publicar, em caráter ordinário, assuntos administrativos do Corpo de Bombeiros Militar;
3. realizar serviço de correspondência, correio, protocolo geral e arquivo;

b) Ajudante de Ordens;

c) Corpo de Auxiliares.

Parágrafo único. A critério do Comandante-Geral, podem ser criadas outras assessorias, de caráter temporário e destinadas a assessorar o Comando em assuntos específicos de interesse da Corporação.

Art. 13. É instituída, com legislação própria, a Comissão de:

I - Promoção de Oficiais;

II - Promoção de Praças;

III - Concessão de Medalhas e Diplomas.

Parágrafo único. A critério do Comandante-Geral, podem ser nomeadas outras Comissões, de caráter temporário e destinadas a estudos e pesquisas específicas de interesse da Corporação.

SEÇÃO II DOS ÓRGÃOS DE APOIO

Art. 14. Os Órgãos de Apoio são os de:

I - Ajudância Geral, encarregada:

- a) dos assuntos administrativos do Quartel do Comando Geral, considerado como Organização Bombeiro Militar – OBM;
- b) de apoiar os órgãos do Comando Geral com pessoal auxiliar;
- c) de garantir a segurança do Quartel do Comando Geral;
- d) de realizar serviços de manutenção das instalações físicas do Quartel do Comando Geral;

II - Escola de Formação, subordinada à Diretoria de Planejamento, Ensino e Pesquisa;

III - Saúde e Assistência Social, subordinados à Coordenadoria da Saúde e Assistência Social da Diretoria de Administração e Recursos Humanos, compreendendo:

- a) policlínica;
- b) consultórios médicos, odontológicos, psicológicos e de assistência social das unidades;
- c) fisioterapia;
- d) juntas médicas.

Art. 15. Para os serviços dos Órgãos de Apoio, pode ser utilizada mão-de-obra civil especializada dos quadros efetivos do Estado, de acordo com legislação própria, lotados na Corporação.

SEÇÃO III DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Art. 16. Os Órgãos de Execução do Corpo de Bombeiros Militar são:

I - Unidades de Bombeiro Militar, caracterizadas como Organização de Bombeiro Militar - OBM, que têm como encargo as missões de bombeiros militar;

II - Diretoria de Serviços Técnicos, composta por pessoal especializado na área de prevenção contra incêndio e pânico, organizada em:

a) Coordenadoria de Perícia de Incêndio;

b) Coordenadoria de Fiscalização e Análise de Projetos de Prevenção Contra Incêndios e Pânico.

SUBSEÇÃO ÚNICA DAS UNIDADES E DIVISÕES OPERACIONAIS

Art. 17. As unidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar são:

I - Batalhão de Bombeiro Militar - BBM: encarregado da execução geral dos serviços de operações em áreas circunscricionais do Estado;

II - Companhia de Bombeiro Militar - Cia. BM: com o encargo de realizar serviços operacionais, podendo ser especializado acrescido da respectiva sigla, dentro de uma circunscrição do BBM;

III - Pelotão de Bombeiro Militar - Pel. BM: encarregado dos serviços operacionais, especializado ou administrativo acrescido da respectiva sigla, dentro da circunscrição ou responsabilidade da Cia. BM;

IV - Grupo de Bombeiro Militar - Gr. BM: encarregado dos serviços operacionais, especializado ou administrativo acrescido da respectiva sigla, dentro da circunscrição ou responsabilidade do Pel. BM.

Art. 18. Os Batalhões são constituídos de:

I - Comandante;

II - Subcomandante;

III - Estado-Maior, subdividido em Seção de:

a) Administração, Finanças e Patrimônio;

b) Inteligência;

c) Planejamento e Instrução;

d) Serviços Técnicos;

e) Serviços de Saúde e de Assistência Social;

IV - Elementos de Comando: Companhias, Pelotões, Grupos e Comandos de Serviços;

V - Frações Subordinadas, em número variável, de acordo com a necessidade indicada para a missão.

Art. 19. As Companhias são constituídas de:

I - Comandante;

II - Subcomandante;

III - Comandantes de Pelotões;

IV - Seção de Administração;

V - Elementos de Comando – Pelotões, Grupos e Comandos de Serviços;

VI - Frações subordinadas, em número variável, de acordo com a necessidade indicada para a missão.

CAPÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES DAS UNIDADES OPERACIONAIS

SEÇÃO ÚNICA DAS ÁREAS DE RESPONSABILIDADE E DESDOBRAMENTO

Art. 20. Para efeito de emprego dos Batalhões de Bombeiro Militar, o Estado do Tocantins é dividido em áreas, obedecidas as características regionais, e atribuídas as atividades operacionais a cada uma das unidades responsáveis por âmbito de atuação.

§ 1º. Cada área de Batalhão de Bombeiro Militar é dividida em subáreas atribuídas às Companhias de Bombeiro Militar subordinadas;

§ 2º. As subáreas devem ser divididas em setores de responsabilidade de Pelotões ou Grupo de Bombeiro Militar.

§ 3º. Na Capital e nas maiores cidades do interior, as áreas de responsabilidade dos Batalhões de Bombeiro Militar podem ou não ser divididas ou, se assim recomendar a vivência local, são criados mecanismos de integração para realizar as atividades entre unidades operacionais distintas.

§ 4º. Os Comandos de Batalhões e os Comandos de Companhias e Pelotões devem ser sediados na área, subárea ou setor de sua responsabilidade.

Art. 21. A organização e o efetivo de cada unidade operacional dão-se em função das necessidades, das características fisiográficas, psicossociais, políticas e econômicas das áreas, subáreas ou setores de sua responsabilidade.

§ 1º. As unidades operacionais devem obedecer a seguinte disposição:

I - cada Batalhão Bombeiro Militar deve ter de duas a seis Companhias e elementos de comando e serviços;

II - cada Companhia deve ter de dois a seis Pelotões e elementos de comando e serviços;

III - cada Pelotão deve ter dois a seis grupos;

IV - cada Grupo pode ser constituído de, no mínimo, oito bombeiros militar, sendo pelo menos um graduado.

§ 2º. Quando o número de Companhias Bombeiros Militar necessário à determinada área ultrapassar seis subunidades, deve-se dar origem a mais um Batalhão.

§ 3º. As Unidades de Bombeiro Militar são instaladas por decreto do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO IV DOS RECURSOS HUMANOS

SEÇÃO I DO PESSOAL

Art. 22. O Corpo de Bombeiros Militar é composto por:

I - pessoal ativo:

a) Oficiais, que constituem o:

1. Quadro de Oficiais Bombeiros Militar – QOBM: possuidores do Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militar e do Quadro de Oficiais da Polícia Militar opinantes pela redistribuição para o CBMTO;

2. Quadro de Oficiais Bombeiros Militar de Administração – QOBM/A: detentores do Curso de Habilitação de Oficiais de Administração, oferecido aos Praças com graduação de 1º Sargento e de Subtenente, mediante seleção interna, que possuam Curso de Aperfeiçoamento de Sargento, obedecidas as condições e peculiaridades próprias previstas em leis e regulamentos da Corporação;

3. Quadro de Oficiais Bombeiros Militar Especialistas - QOBM/E: possuidores de formação superior em Direito, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Administração, Engenharia, Ciência da Computação, Música e Teologia, admitidos mediante concurso público e submetidos ao Curso de Habilitação de Oficiais, obedecidas as condições e peculiaridades próprias previstas em leis e regulamentos da Corporação;

4. Quadro de Oficiais Bombeiros Militar de Saúde - QOBM/S: que possuam formação superior nas áreas da Medicina, Odontologia, Serviço Social, Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem, Farmácia, Educação Física, Fonoaudiologia, admitidos mediante concurso público e submetidos ao Curso de Habilitação de Oficiais, obedecidas as condições e peculiaridades próprias previstas em leis e regulamentos da Corporação;

b) Praças, que constituem o:

1. Quadro de Praças Bombeiros Militar – QPBM: possuidores de Curso e Formação ou Habilitação de Bombeiros Militar, estruturado em carreira conforme a escala hierárquica de Praças;

2. Quadro de Praças Bombeiros Militar Especialistas – QPBM/E: detentores de formação técnica específica nas áreas da tecnologia da informação, topografia, edificação, eletrotécnica, meteorologia, geologia, música, admitidos mediante concurso público e submetidos ao Curso de Habilitação, estruturado em carreira conforme a escala hierárquica de Praças;

3. Quadro de Praças Bombeiros Militar de Saúde – QPBM/S: possuidores de formação técnica em enfermagem e outras habilidades técnicas específicas na área da saúde, admitidos mediante concurso público e submetidos ao curso de habilitação, estruturado em carreira conforme a escala hierárquica de praças;

II - pessoal inativo:

a) da reserva remunerada: Oficiais e Praças transferidos para a reserva;

b) reformado: Oficiais e Praças reformados.

SEÇÃO II

DO EFETIVO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Art. 23. O efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins deve ser fixado por lei.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, na forma da legislação em vigor, pode utilizar pessoal civil para a prestação de serviços de natureza técnica, especializada ou para serviços gerais.

Art. 25. Compete ao Chefe do Poder Executivo a criação, transformação, extinção, denominação, localização e estruturação dos Órgãos de Direção, de Apoio e de Execução do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 26. O CBMTO, nos casos de matéria não regulada em legislação específica, adota leis, decretos, regulamentos e normas em vigor da Polícia Militar do Estado do Tocantins, podendo também utilizar-se, supletivamente, da legislação do Exército Brasileiro no que lhe for tecnicamente pertinente.

Art. 27. O efetivo Bombeiro Militar lotado na Casa Militar consta da lei de fixação de efetivos do CBMTO.

Art. 28. À primeira designação para a função de Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins não se aplica o disposto no inciso I, do Parágrafo único do art. 3º, desta Lei Complementar.

Art. 29. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 3 dias do mês de abril de 2006; 185º da Independência; 118º da República e 18º do Estado.

LEI Nº 2.578/2012 E SUAS ALTERAÇÕES (DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DO TOCANTINS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS)

LEI Nº 2.578, DE 20 DE ABRIL DE 2012

Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, e adota outras providências.

O Governador do Estado do Tocantins
Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Lei regula o ingresso na Corporação, a relação jurídica funcional, os direitos, as obrigações, a ética e as prerrogativas dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins.

Art. 2º A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são instituições permanentes, reserva do Exército Brasileiro, diretamente subordinadas ao Governador do Estado.

Art. 3º Compete, em todo o território tocantinense:

I - à Polícia Militar o exercício da polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;

II - ao Corpo de Bombeiros Militar as atribuições previstas em leis específicas e as ações de defesa civil.

Art. 4º Os militares, em razão da destinação constitucional da Corporação, e em decorrência das leis vigentes, constituem categoria de agente público estadual, denominado militar, na conformidade do art. 42 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os militares estaduais encontram-se em uma das seguintes situações:

I - na ativa:

a) militares estaduais de carreira;

b) integrantes da reserva remunerada, quando convocados;

II - na inatividade:

a) reserva remunerada, quando recebam proventos do Estado, sujeitos à prestação de serviços na ativa, mediante aceitação voluntária, após convocação;

b) reformados, quando, tendo passado por uma das situações anteriores, estejam dispensados definitivamente da prestação de serviço na ativa, mas continuam a receber proventos do Estado.

Art. 5º O serviço policial militar consiste no exercício de atividades inerentes à Polícia Militar, e compreende todos os encargos relacionados ao policiamento ostensivo e à manutenção da ordem pública.

Art. 6º O serviço bombeiro militar consiste no exercício de atividades destinadas a preservar a ordem pública consubstanciada em ações de tranquilidade, salubridade e paz social no Estado.

Art. 7º A carreira militar estadual é caracterizada por atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades das instituições militares estaduais, na conformidade do art. 117 da Constituição Estadual e da legislação pertinente.

Parágrafo único. A carreira militar estadual é privativa do pessoal da ativa.

Art. 8º São equivalentes as expressões:

I - na ativa;

II - da ativa em serviço ativo;

III - em serviço na ativa;

IV - em serviço;

V - em atividade;

VI - em atividade militar estadual, conferida ao militar no desempenho de:

a) cargo;

b) comissão;

c) incumbência ou missão;

d) serviço ou atividade considerada de natureza militar.

Parágrafo único. É de natureza militar e considerado integrante dos quadros de organização da Corporação a função ou cargo para o qual o interesse público e a conveniência administrativa recomendem a nomeação de militar do Estado.

CONHECIMENTOS ACERCA DO ESTADO DO TOCANTINS

1. Formação econômica do Tocantins. A mineração no norte goiano. A agropecuária. A modernização da economia tocaninense. As transformações socioeconômicas com a construção da BR-153. Industrialização, infraestrutura e planejamento.01
2. População tocaninense. Povoamento, movimentos migratórios e densidade demográfica. Grupos indígenas. A cultura negra. Os movimentos sociais no campo e a cultura popular13
3. Economia tocaninense. Industrialização, agronegócio, infraestrutura de transportes e comunicação19
4. As regiões tocaninenses e as desigualdades regionais.19
5. Aspectos físicos do território tocaninense. Vegetação, hidrografia, clima e relevo. Aspectos da história política do Tocantins. A independência no norte goiano. Movimentos separatistas. A criação do estado. Divisão política do estado do Tocantins. Governos e administração pública estadual, desde a criação do estado31

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO TOCANTINS. A MINERAÇÃO NO NORTE GOIANO. AGROPECUÁRIA. A MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA TOCANTINENSE. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS COM A CONSTRUÇÃO DA BR-153. INDUSTRIALIZAÇÃO, INFRA-ESTRUTURA E PLANEJAMENTO

O estado do Tocantins, criado em 1988, é a unidade federativa mais nova do Brasil, seu território de 277.621,858 quilômetros quadrados é fruto da emancipação do norte goiano. A população tocantinense totaliza 1.383.445 habitantes, sendo o quarto estado mais populoso da Região Norte.

Apesar de a economia tocantinense apresentar evoluções a cada ano, sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional ainda é pequena, apenas 0,5%. No âmbito regional, a participação do Tocantins para o PIB é de 8,3%.

A composição do Produto Interno Bruto do Tocantins é a seguinte:

Agropecuária: 17,8%.

Indústria: 24,1%.

Serviços: 58,1%.

Portanto, o setor de serviços é o principal responsável pela formação do PIB estadual. No Tocantins, esse segmento da economia se concentra na capital, Palmas, e nas cidades localizadas próximas à Rodovia Belém-Brasília, pois o fluxo de pessoas é intenso nessas localidades.

A agropecuária é a atividade responsável por, aproximadamente, 99% das exportações do estado. A pecuária bovina de corte é um dos grandes elementos econômicos do Tocantins. O estado também é grande produtor agrícola, com destaque para o cultivo de arroz, mandioca, cana-de-açúcar, milho e, principalmente, soja.

O setor industrial está concentrado nas cidades de Palmas, Gurupi, Porto Nacional, Araguaína e Paraíso do Tocantins. As principais indústrias são a de produtos minerais, de borracha e plástico, agroindústria e alimentícia. Sua produção é destinada principalmente ao consumo interno.

Outro destaque na economia do Tocantins se refere à mineração, visto que o estado possui grandes quantidades de ouro e calcário.

Dados da economia do Tocantins:

Produto Interno Bruto: 11 bilhões de reais.

Produto Interno Bruto per capita: 8.921 reais.

Exportação: 297,7 milhões de dólares.

Soja – 82%.

Carne bovina – 17%.

Outros – 1%.

Importações: 143,8 milhões de dólares.

Fios, tecidos e confecções – 19%.

PVC – 19%.

Alimentos – 13%.

Azubos e fertilizantes – 10%.

Aparelhos/materiais elétricos e eletroeletrônicos – 5%.

Azeite de oliva – 4%.

Alpiste – 2%.

Máquinas e equipamentos – 2%.

Outros – 26%.

Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-economia-tocantins.htm#:~:text=A%20agropecu%C3%A1ria%20%C3%A9%20a%20atividade,milho%20e%2C%20principalmente%2C%20soja.>

A mineração no norte goiano

Em Goiás, no início da colonização, principalmente no Vale do Alto Tocantins (Rio Maranhão), onde se localizava a maior parte das minas, o ouro e sua extração primitiva responderam pelo processo inicial de ocupação do território, pois, como já sublinhado por este autor em outros trabalhos, ele foi no começo o principal fator de geração de riqueza e de povoamento e urbanização do território goiano em geral, e do Norte Goiano, em particular, principalmente em sua porção nordeste (Chapada dos Veadeiros e Vão do Paranã). As cidades que nasceram à beira das minas obedeciam à lógica do empreendimento: tinham que ser erguidas ali, de olho nas bateias. Muitas delas, como se sabe, duraram pouco tempo e, na falta do precioso metal, entraram em processo duradouro de estagnação e pobreza e se tornaram, parafraseando Milton Santos, “cidades cadavéricas”. O chamado “ciclo do ouro” foi, pois – não apenas em Goiás e Tocantins, mas também em Minas Gerais e, sobretudo, no Mato Grosso – caracterizado por fluxos populacionais desordenados e anárquicos, muita desobediência civil e pouca racionalidade na implantação dos primeiros núcleos urbanos. Cidades efêmeras que se transformaram em cidades quase fantasmas após o esgotamento das minas. Patrimônio histórico e cultural hoje mal preservado. De numerosos arraiais que, seguindo o rastro do ouro, surgiram do dia para a noite, apenas alguns permaneceram de pé e chegaram ao tempo presente. Se assentam sobre o que os geólogos chamam de green stone belt (cinturão de rochas verdes), geralmente ricas em ouro. Há necessidade de dizer que, como um rastilho de pólvora, o ouro espalhou pelo território uma multidão de indivíduos obcecada pela riqueza fácil e que, passada a ilusão passageira, restou prisioneira do espaço, ilhada no coração do Brasil. As cidades-garimpo dos tempos modernos contam as mesmas histórias de tragédias e decepções humanas dos arraiais do ouro do século XVIII.

As atividades agropastoris

No tocante à expansão urbana, não foi propriamente a atividade pecuária que de fato possibilitou o aparecimento de cidades, mas sim a agricultura. Por sua própria natureza, a pecuária é “móvel” demais para que os homens que a praticavam de maneira tradicional se “enraizassem” e criassem vínculos mais duradouros com a terra. Por necessitar de grandes áreas para criar e de poucas pessoas para cuidar do gado, a pecuária mais dispersa que concentra os indivíduos em um determinado espaço. Por outro lado, a agricultura, por ser uma atividade mais gregária e de maior demanda de mão-de-obra para plantar e colher, é natural que em volta de uma zona agrícola o aparecimento de núcleos de povoamento ocorra com mais naturalidade.

Na vida das pessoas do campo, o patrimônio (povoado), por menor que seja, é para o agricultor isolado o que o oásis é para o beduíno: local em que além de se romper com a solidão do isolamento, é também refúgio e complementaridade das necessidades mais elementares do ser humano, como, por exemplo, o convívio social. O quadro urbano goiano ao final da República Velha (1930) é revelador desse fato: as regiões em que a pecuária tradicional era mais expressiva, como o Sudoeste Goiano, o Planalto Central e o vale do Araguaia, bem como aquelas em que o meio natural impõe dificuldades aos assentamentos humanos (Chapada dos Veadeiros e o vale do Rio Maranhão e seu relevo extremamente dobrado e movimentado) são aquelas em que o quadro urbano é mais disperso e as cidades menos numerosas. Ao contrário, no Mato Grosso Goiano (mormente o Vale do São Patrício), em que a pecuária era

mais modesta com relação ao sul e ao sudeste goianos (até então, as regiões mais dinâmicas do estado), o número de aglomerações urbanas (cidades, vilas e povoados) era, e ainda é até hoje, mais expressivo que em todo o resto do estado.

Como no início da colonização, no dizer do médico e historiador Americano do Brasil, “o ouro era a medida de todas as coisas”, é natural que a atividade agrícola fora, por muito tempo, tida como uma atividade marginal, mesmo que de maneira incipiente ela se destinasse prioritariamente ao abastecimento das minas. Ao abordar esse problema que atingiu, sobretudo, as regiões mineradoras do século XVIII, Celso Furtado (1971, p. 85-86) constatou o que todo mundo já sabia: a regressão da economia mineira paralisou por muito tempo, principalmente em nosso território, os ânimos de uma população que também durante muito tempo não soube criar formas permanentes de atividades econômicas:

Não havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas – à exceção de alguma agricultura de subsistência – era natural que, com o declínio da produção do ouro, viesse uma rápida e geral decadência [...] Essa população espalhada num grande espaço encontrará espaço para expandir-se dentro de um regime de subsistência [...]

E foi isto que aconteceu e é isto que explica com simplicidade as origens rurais da sociedade goiana e, depois do ouro, sua ligação natural com a terra, o boi e a roça ao longo de um processo caracterizado, sobretudo, pela retomada dos fluxos de pessoas em direção a Goiás – espontâneos no início, dirigidos, depois – e pela expansão das fronteiras agrícola e econômica através de frentes pioneiras. O território estadual é, portanto, composto de regiões com histórias diferentes: o Sudoeste e o Sul com seus espaços amplos e marcados pela colonização espontânea a partir do início do século XIX – Rio Verde, Jataí e Morrinhos, por exemplo, nasceram desse processo; o “Mato Grosso” de Goiás, com suas terras de boa fertilidade e frente pioneira comandada por geopolíticas de envergadura nacional – a “Marcha para o Oeste” dos anos revolucionários de 30 – Goiânia foi construída para comandar esses movimentos; o Vale do Araguaia, com seus grandes espaços vazios marcados atualmente pela pecuária moderna voltada essencialmente para o mercado internacional de carnes; o “Norte Goiano”, plantando roça e criando bois ao mesmo tempo (principalmente no Vale do Maranhão, em volta de Uruaçu, Mara Rosa e Porangatu) e também palco de conflitos sociais no campo – a revolta camponesa de Trombas e Formoso dos anos 1950, opondo posseiros e grileiros; o “Nordeste Goiano”, em que, como sublinhado há pouco, ainda coabitam estruturas e relações sociais arcaicas, bem como o novo e moderno – uma região em busca de sua identidade e marcada por estereótipos negativos de toda espécie. Nos ermos e gerais do território, tanto estadual, como regional, uma grande eferescência, com “corrutelas”, “patrimônios”, “comércios” e “ruas”, isto é, embriões de cidades nascendo de um dia para outro.

Excluindo-se as cidades mineiras, mais numerosas em volta de Niquelândia e de Cavalcante que no centro e no leste da região, o Norte Goiano é na atualidade uma autêntica zona de expansão da moderna agropecuária que, até recentemente, era praticada de modo tradicional em fazendas também tradicionais que produziam praticamente de tudo que era consumido pelos seus moradores. Indiretamente, o nascimento da grande maioria das cidades na região teve como motivação inicial a agropecuária praticada sobre imensas áreas de pastagens e roças plantadas sobre queimadas.

AGROPECUÁRIA

O Estado de Tocantins caracteriza-se por ter na agricultura o setor que absorve a maior parte da população economicamente ativa. A agropecuária contribui com 60% do PIB, e é a principal atividade econômica do Estado, com destaque para a pecuária. A se-

guir, aparecem o comércio e os serviços, com predomínio do setor público. A indústria fica em último lugar. A maioria das empresas instaladas no Estado é de estabelecimentos comerciais (80% do total), e 12% são indústrias e empresas de construção civil, concentradas principalmente nos municípios de Araguaína, Palmas e Gurupi. O PIB per capita posiciona o Tocantins em penúltimo lugar entre os Estados brasileiros.

Por estar situado na Região Norte, que abriga a maior concentração de vegetação nativa do Brasil, os condicionantes ambientais destacam-se em sua caracterização. No Tocantins, o clima predominante é o tropical semi-úmido, com coberturas vegetais compostas de vegetação densa de babaçu ao norte e vegetação de cerrado ao sul. O Estado possui, em termos relativos, poucas matas nativas, devido à ocupação desordenada iniciada na década de 70. Sua população é de pouco mais de 1 milhão de habitantes, dos quais 30% são rurais.

Tabela 108
Utilização das Terras
Estado de Tocantins
1995

Tipo de Uso	Área (ha)
Área dos Estabelecimentos	16.765.716
Área Aberta	7.207.538
Área de Lavouras	267.228
Pastagens Plantadas	5.277.206
Matas Plantadas	78
Área em Descanso	358.936
Área Prod. Não Usada	1.304.090
Pastagens Naturais	5.800.950
Matas Naturais	3.035.928
Terras Inproveitadas	1.068.545

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE - 1995/96.

Os dados da Tabela 108 mostram que a área com pastagens naturais e plantadas (artificiais) ocupa cerca de 66% da área total dos estabelecimentos agropecuários do Estado. Proporcionalmente, a participação das matas é bem menor 18% pois foram essas áreas que deram origem à ocupação com a pecuária extensiva. A proporção de áreas abertas dos estabelecimentos em decorrência da ocupação do Estado, ou seja, a soma das áreas de lavouras, de pastagens plantadas, de matas plantadas e terras em descanso não utilizadas foi de 43%. Portanto, 57% da área dos estabelecimentos ainda não havia sido alterada, em 1995. Cabe registrar que, do total, 34% é de pastagens nativas, que podem estar sendo ocupadas com a pecuária bovina.

Nesse quadro de ocupação, percebe-se no Estado uma estrutura fortemente concentrada. Num extremo estabelecimentos agropecuários com mais de 1.000 ha, que representam somente 8% do total, mas detêm 57% da área total. No outro, tem-se os estabelecimentos de até 100 ha, que representam 46,4% do total, mas detêm somente 5,4% da área total, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 109
Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos, por Grupo de Área Total
Estado de Tocantins
1995

Grupo de Área Total	Número (%)	Área (%)
Menos de 10 ha	6,1	0,1
De 10 a menos de 100 ha	40,3	5,3
De 100 a menos de 1.000 ha	45,5	37,5
De 1.000 a menos de 10.000 ha	7,9	46,9
10.000 ha e mais	0,2	10,2

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE – 1995/96.

Na gestão dos negócios, verifica-se que pouco mais de 85% dos estabelecimentos agropecuários do Tocantins são explorados por proprietários, os quais, por sua vez, mantêm em sua posse proporção semelhante de área: 87% do total.

Tabela 110
Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos, segundo a Condição do Responsável
Estado de Tocantins
1995

Condição do Responsável	Número (%)	Área (%)
Proprietário	85,4	87,5
Arrendatário	1,5	0,4
Ocupante	12,4	4,2
Administrador	0,7	7,9

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE – 1995/96.

Entre as principais lavouras desenvolvidas no Estado, destaca-se, em primeiro lugar, o arroz, com uma área colhida de 137.886 ha, em 1995/96, seguido pelo milho, com 48.083 ha, soja, com 7.041 ha, mandioca, com 63.625 ha e, por fim, pelo feijão, com 3.563 ha.

Tabela 111
Área Colhida das Principais Lavouras
Estado de Tocantins
1995/96

Lavoura	Área (ha)
Arroz em Casca	137.886
Feijão em Grão	3.563
Mandioca	6.362
Milho em Grão	48.083
Soja em Grão	7.041

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE – 1995/96.

A tabela a seguir, que apresenta os efetivos dos três principais segmentos da pecuária do Tocantins, mostra que a pecuária bovina destaca-se como a principal, e os outros dois segmentos não apresentam o mesmo desempenho. Nesse contexto, a pecuária bovina de corte é a principal atividade.

Tabela 112
Efetivos de Pecuária
Estado de Tocantins
1996

Efetivos	Número
Bovinos	5.218.142
Suínos	217.508
Aves	2.399.000

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE – 1995/96.

Em termos tecnológicos, segundo o Censo Agropecuário, na agropecuária tocantinense há predomínio de uma agricultura rudimentar e de baixo padrão tecnológico, como mostram alguns indicadores: em 1995 10% dos estabelecimentos tinham tratores; 15% usaram fertilizantes; 9% usaram defensivos nos cultivos agrícolas que realizaram; 79% realizaram controle sanitário e de doenças nos efetivos de pecuária; 13% recorreram a assistência técnica, e, destes, apenas 45% veio de fontes governamentais; 1% usaram técnicas de irrigação, entretanto a área irrigada compreendeu 23% do total da área de lavouras, o que mostra que a irrigação vem se firmando no Estado; 11% dispunham de energia elétrica; 3% tomaram crédito. Esse panorama sucinto e genérico demonstra que o Estado de Tocantins tem uma agricultura predominante de baixo padrão tecnológico, mas possui um pequeno setor moderno.

Ocupações Agrícolas e Não-Agrícolas no Estado de Tocantins

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)

Os dados da Pnad, de abrangência estadual, são utilizados com o objetivo principal de caracterizar com mais detalhes as transformações do meio rural, entendido como um espaço mais amplo do que aquele tradicionalmente ocupado e definido pelas atividades agropecuárias.

Segundo os dados da Tabela 113, o crescimento de 3,6% ao ano da PEA total do Estado, que passou de 370 mil pessoas ocupadas para 498 mil no período 1992-99, deveu-se ao comportamento das atividades não-agrícolas, tanto para os residentes urbanos (crescimento de 5,3% ao ano) quanto para os rurais (crescimento de 7,1% ao ano), pois o número de pessoas ocupadas na agropecuária tocantinense sofreu redução nos anos 90

A PEA rural total, especificamente, apresentou crescimento de 5,6% ao ano no período considerado, graças, também, ao bom desempenho das atividades não-agrícolas. A PEA rural ocupada em atividades agrícolas registrou queda de 1,0% ao ano (não significativa estatisticamente), sendo 1995 o melhor ano no período considerado, quando 98 mil pessoas estavam ocupadas na agropecuária. Esta redução foi resultado, além do desmanche da política agrícola e da abertura comercial dos anos 90, da pequena capacidade da agropecuária do Estado em absorver grandes contingentes de mão-de-obra, pois predominam, em várias regiões, uma produção modernizada de grãos e uma pecuária de corte extensiva, que são pouco empregadoras. É importante destacar que, apesar da queda, a PEA rural agrícola ainda representava 56% da PEA rural total, em 1999 (essa participação era 69%, em 1992).

Tabela 113
População Ocupada (1), segundo a Área, Situação do Domicílio e Ramos de Atividade
Estado de Tocantins
1992-1999

Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade	Em mil pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
Total	370	399	402	392	420	464	498	3,6 ***
Urbano	229	265	251	267	268	306	340	4,5 ***
Agrícola	44	44	41	36	46	38	52	0,7
Não-agrícola	185	220	210	232	222	268	287	5,3 ***
Rural	141	134	150	125	152	157	158	5,6 ***
Agrícola	97	89	98	71	94	90	89	-1,0
Não-agrícola	44	45	52	54	58	68	69	7,1 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

A PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas teve crescimento significativo entre 1992 e 1999, com taxa anual de 7,1% ao ano. Em 1999, 69 mil pessoas com domicílio rural estavam ocupadas nestas atividades, o que correspondeu a 44% da PEA rural total (em 1992, essa participação era de 31%). Salienta-se que esta tendência de queda da PEA rural agrícola e do crescimento da PEA rural não-agrícola também é observada em muitas Unidades da Federação e está relacionada com a crescente modernização dos sistemas produtivos que libera mão-de-obra das tradicionais atividades agropecuárias e com a queda da renda oriunda da venda dos produtos agrícolas e pecuários.

Os principais ramos da atividade econômica na ocupação da PEA rural nãoagrícola no Estado de Tocantins, em 1999, foram a prestação de serviços (29%, ou 20 mil pessoas ocupadas), os serviços sociais e a administração pública (19%, ou 13 mil pessoas ocupadas), a indústria da construção civil (13%, ou 9 mil pessoas ocupadas) e o comércio de mercadorias (10%, ou 7 mil pessoas ocupadas). Além da pequena participação no total de ocupados, o ramo da indústria de transformação apresentou queda de 9,1% ao ano no período 1992-99.

O ramo de prestação de serviços, que em termos absolutos é o mais importante na ocupação da população rural em atividades não-agrícolas, apresentou crescimento de 5,8% ao ano. O ramo com maior crescimento foi o da administração pública (25,4% ao ano), com clara influência da criação de novos municípios no Estado de Tocantins nos anos 90. Os dados evidenciam a predominância dos ramos de atividade ligados ao comércio e serviços, que, ao lado das ocupações na agropecuária, são os maiores empregadores da PEA rural no Tocantins.

ATUALIDADES

1. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas.01

TÓPICOS RELEVANTES E ATUAIS DE DIVERSAS ÁREAS, TAIS COMO SEGURANÇA, TRANSPORTES, POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, TECNOLOGIA, ENERGIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECOLOGIA, SUAS INTER-RELAÇÕES E SUAS VINCULAÇÕES HISTÓRICAS

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) em nosso site.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo com ilustrações e imagens, notícias de fontes verificadas e confiáveis, exercícios para retenção do conteúdo aprendido, tudo preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

Acesse: <https://www.apostilasopcao.com.br/retificacoes>
Bons estudos!

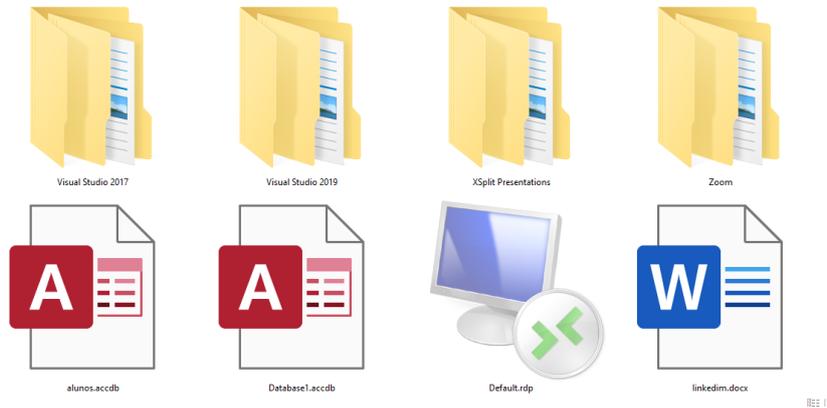
ANOTAÇÕES

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. Noções de sistema operacional (ambiente Windows).	01
2. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office).	04
3. Redes de computadores. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. Programas de navegação (Mozilla Firefox e Google Chrome).Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Mozilla Thunderbird). Sítios de busca e pesquisa na Internet.	13
4. Grupos de discussão.	23
5. Redes sociais.	25
6. Computação na nuvem (cloud computing).	27
7. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas	28

Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos). Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais. Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.

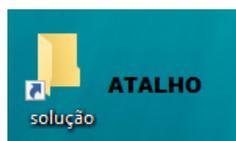
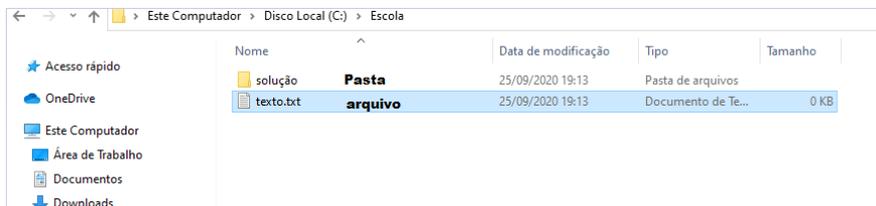


No caso da figura acima temos quatro pastas e quatro arquivos.

Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vemos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

- **Arquivo** é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc.), aplicativos diversos, etc.
- **Atalho** é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.



Área de trabalho



Área de transferência

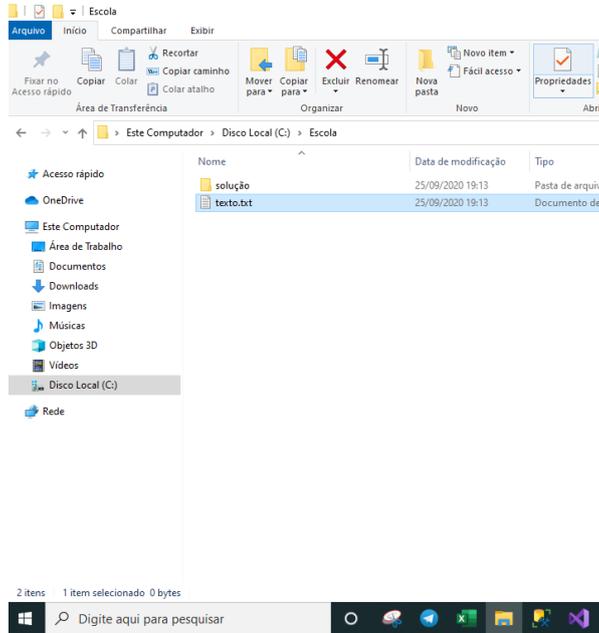
A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

– Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.

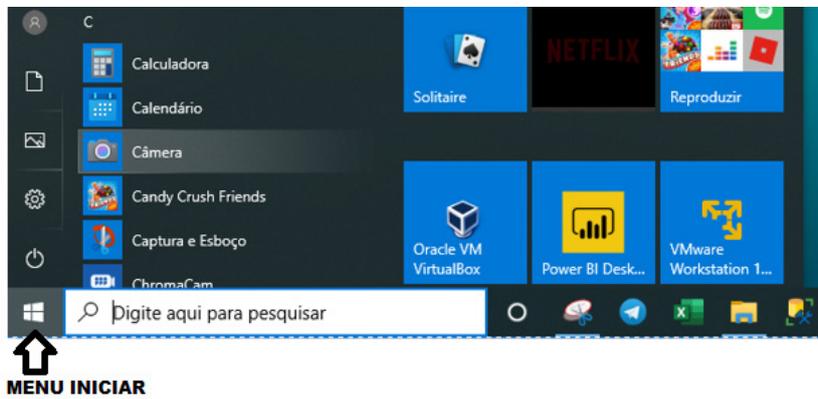
– Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



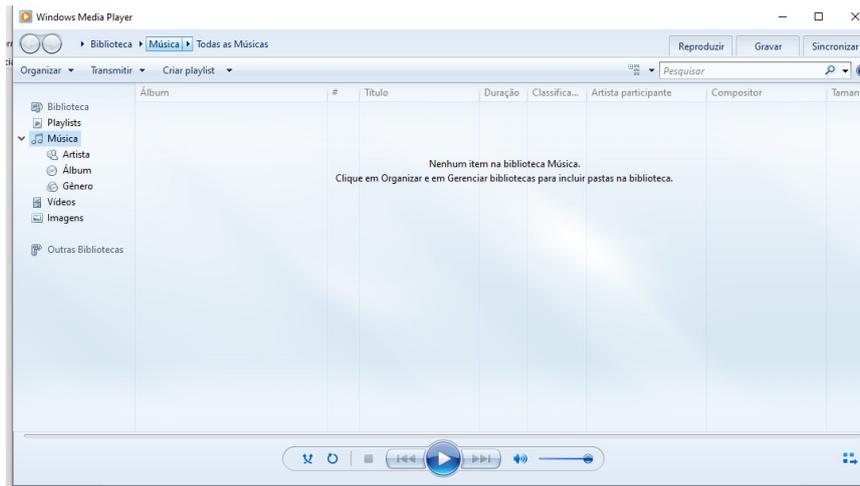
Uso dos menus



Programas e aplicativos e interação com o usuário

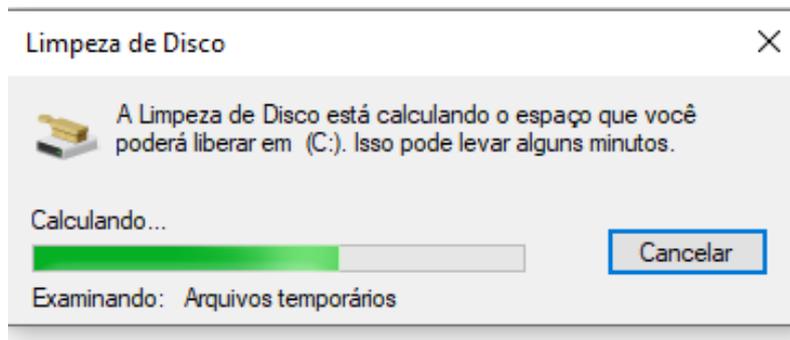
Vamos separar esta interação do usuário por categoria para entendermos melhor as funções categorizadas.

– **Música e Vídeo:** Temos o Media Player como player nativo para ouvir músicas e assistir vídeos. O Windows Media Player é uma excelente experiência de entretenimento, nele pode-se administrar bibliotecas de música, fotografia, vídeos no seu computador, copiar CDs, criar playlists e etc., isso também é válido para o media center.

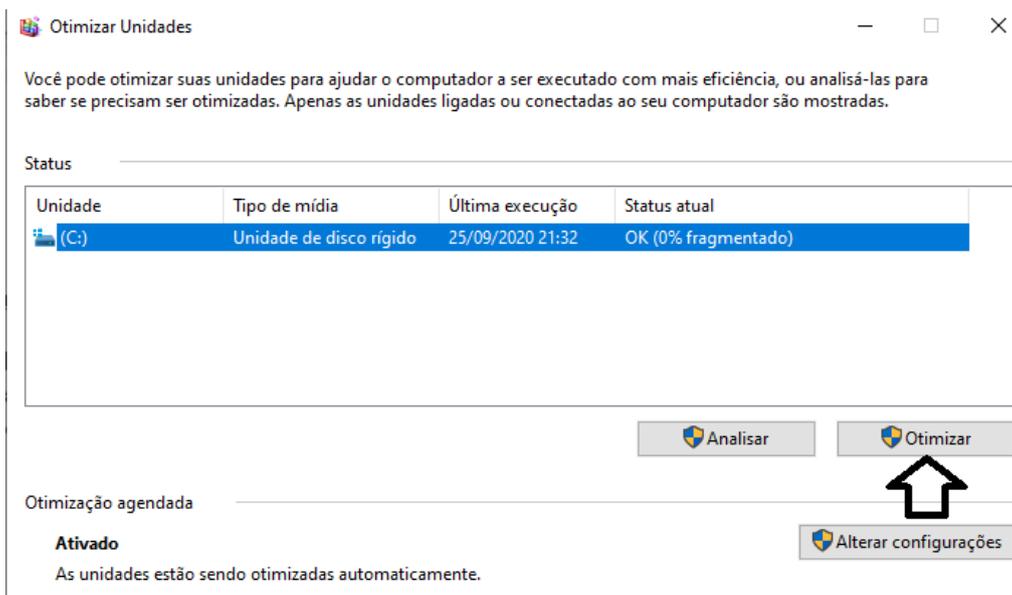


– Ferramentas do sistema

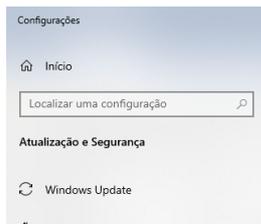
- A limpeza de disco é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



- O desfragmentador de disco é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador o Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.



- O recurso de backup e restauração do Windows é muito importante pois pode ajudar na recuperação do sistema, ou até mesmo escolher seus arquivos para serem salvos, tendo assim uma cópia de segurança.



Backup

Fazer backup usando o histórico de arquivos

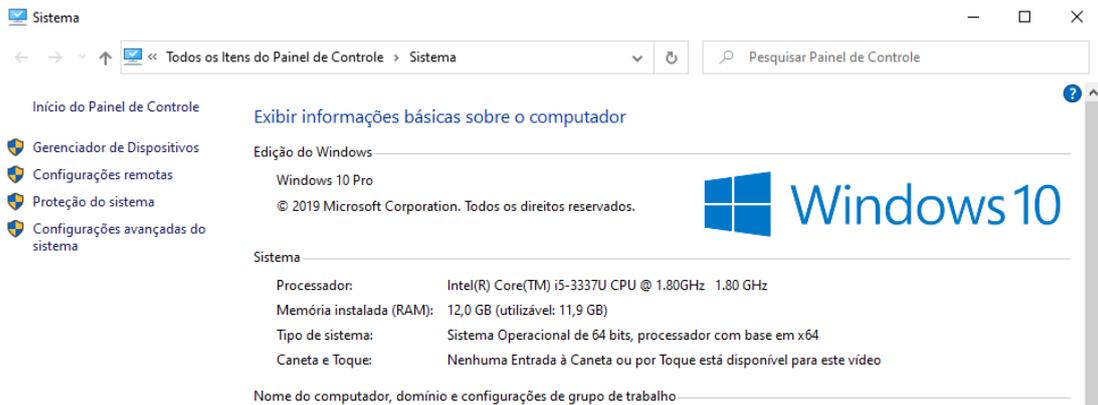
Faça backup dos seus arquivos em outra unidade e restaure-os se os originais forem perdidos, danificados ou excluídos.

+ Adicionar uma unidade

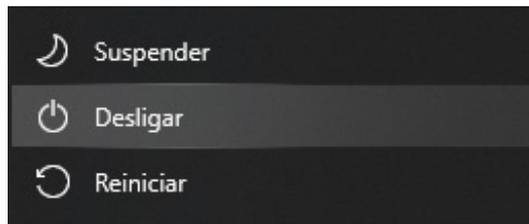
Escolha a opção de backup ideal para você

Para que o Windows faça backup de seus arquivos em um local seguro, escolha onde os arquivos devem ser armazenados: na nuvem, em um dispositivo de armazenamento externo ou em uma rede.

Inicialização e finalização



Quando fizermos login no sistema, entraremos direto no Windows, porém para desligá-lo devemos recorrer ao  e:



Microsoft Office

